



**UNIDOS, TRANSFORMAR O
PRESENTE GANHAR O FUTURO**

**REFERENCIAL
AVALIAÇÃO
AEMTG –
2022_23**

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	2
II – PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA	3
A. PRÍNCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA;	3
B. PRÍNCÍPIO DA MELHORIA DAS APRENDIZAGEM;	4
C. PRÍNCÍPIO DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR;	4
D. PRÍNCÍPIO DA POSITIVIDADE;	5
E. PRÍNCÍPIO DA DIVERSIFICAÇÃO	5
III – AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA	5
A. AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS – AVALIAÇÃO FORMATIVA;	6
B. AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS – AVALIAÇÃO SUMATIVA;	8
C. AVALIAÇÃO CRITERIAL E AVALIAÇÃO NORMATIVA	8
IV – CRITÉRIOS TRANSVERSAIS DE AVALIAÇÃO	10
V – RUBRICAS	23
VI – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO	27
VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
VIII – BIBLIOGRAFIA/WEBGRAFIA	28

I - INTRODUÇÃO

Com a apresentação de um novo paradigma de educação, implementado de forma a garantir uma aprendizagem global, do indivíduo do mundo e para o mundo, surge a necessidade da concretização do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, das Aprendizagens Essenciais, do cumprimento de uma Escola Inclusiva, de novos modos de Autonomia e Flexibilidade Curricular, de uma Estratégia para a Cidadania e, conseqüentemente, de um novo modelo de Avaliação.

O referencial de avaliação permite a toda a comunidade educativa do agrupamento conhecer os procedimentos da avaliação pedagógica dos nossos alunos, que visa melhorar as suas aprendizagens e contribuir para que todos possam aprender, ao seu ritmo. Para que tal aconteça é necessário conhecer e desenvolver os princípios da avaliação pedagógica, dar mais ênfase à avaliação para as aprendizagens e não tanto à avaliação das aprendizagens assim como a uma avaliação criterial e não tanto normativa.

Neste pressuposto uma boa definição dos critérios de avaliação é ponto-chave para simplificar e aplicar procedimentos que deverão ser perceptíveis e entendíveis por todos (professores, alunos, encarregados de educação).

É de salientar, no entanto, que este é um referencial ecológico. Este sistema aberto de aplicação, monitorização e avaliação permitirá criar planos de melhoria contínua.

II - PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

A - PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA

Transparência significa clareza, credibilidade, compreensão.

Os critérios, as finalidades, os procedimentos, os momentos, os intervenientes e os processos de recolha de informação no processo de avaliação, devem ser desde o início conhecidos por todos os intervenientes (alunos, pais e encarregados de educação, gestores escolares).

A avaliação terá que servir para acompanhar e ajudar a melhorar as aprendizagens dos alunos e também o ensino dos docentes.

De acordo com Domingos Fernandes para que a avaliação seja transparente é necessário assegurar que:

- a) Os alunos compreendem os propósitos da avaliação, assim como a utilização que vai ser dada aos resultados da mesma;*
- b) Os alunos compreendam o que têm de aprender e o que é objecto de avaliação através de testes, questões orais ou quaisquer outros procedimentos avaliativos;*
- c) Os alunos compreendam as diferenças entre o que se considera um bom e um fraco desempenho;*
- d) Os alunos compreendam a importância da autoavaliação para distinguirem entre um fraco e um bom desempenho e para compreenderem os esforços que têm de fazer para aprenderem;*
- e) Os alunos são avaliados através de avaliações de qualidade, que traduzem bem os seus conhecimentos e tudo aquilo que são capazes de fazer;*
- f) Os alunos tomem conhecimento dos resultados da avaliação através de processos de comunicação claros, facilmente compreensíveis e realmente úteis.*

O princípio da transparência traduz-se em confiança no processo avaliativo que tem como objetivo ajudar o aluno a aprender.

B - PRINCÍPIO DA MELHORIA DAS APRENDIZAGENS

A avaliação tem que ser sempre entendida como um processo que ajude no progresso dos alunos e que promova a melhoria constante das suas aprendizagens.

O principal objetivo da avaliação não é atribuir classificações, mas sim apoiar os alunos nas suas aprendizagens, informando-os acerca da sua situação, do seu progresso, em relação aos conteúdos, às capacidades, às competências e desempenhos que têm que desenvolver.

Neste princípio está bem patente *o Avaliar para Aprender e Avaliar para Melhorar*.

C - PRINCÍPIO DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR

A avaliação deve estar sempre articulada com a aprendizagem e com o ensino, com o currículo e com o seu desenvolvimento.

Segundo Domingos Fernandes as propostas de trabalho ou as tarefas apresentadas aos alunos terão que ter sempre três dimensões:

- a) *Devem permitir que os alunos aprendam;*
- b) *Devem permitir que os professores ensinem;*
- c) *Devem permitir que ambos avaliem as aprendizagens realizadas e o ensino.*

Surge aqui a premência de atribuição cada vez mais diversificada de tarefas que vão de encontro às experiências da vida real dos alunos.

As metodologias devem ser também cada vez mais diferenciadas e ajustadas ao que se pretende ensinar e, conseqüentemente, ao que se pretende avaliar.

Assim, devemos *alinhar a avaliação com o currículo e com as metodologias e estratégias utilizadas para o desenvolver fazendo deste modo coincidir as tarefas de aprendizagem com as tarefas de avaliação e de ensino*.

D - PRINCÍPIO DA POSITIVIDADE

Este princípio é fundamental para que os alunos possam demonstrar aquilo que sabem fazer e são capazes de fazer.

É urgente para o descrito a diversificação dos processos de recolha de informação.

Os ambientes da avaliação e os tempos também são fulcrais para que os alunos demonstrem as suas capacidades, atitudes e saberes.

E - PRINCÍPIO DA DIVERSIFICAÇÃO

O desenvolvimento das aprendizagens está condicionado por um conjunto de constrangimentos como demonstra o esquema abaixo.

Daqui resulta a necessidade da diversificação dos intervenientes no processo de avaliação como se apresenta no esquema a seguir.

O processo de avaliação deve integrar o contributo dos alunos, dos pais, dos docentes e outros serviços educativos.

É através da avaliação que os alunos tomam consciência do tipo de atividades, aprendizagens, atitudes, valores, conhecimentos e capacidades que são valorizados.

III – AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

Falar dos princípios de avaliação, como descrito no ponto II, significa falar em Avaliação Pedagógica que se pretende que seja cada vez mais uma avaliação para as aprendizagens e uma avaliação criterial e menos uma avaliação das aprendizagens e uma avaliação normativa. No entanto ambas são necessárias e contribuem para a sua concretização.

Para melhor perceção e compreensão é necessário começar por clarificar os diferentes conceitos.

A Avaliação Pedagógica inclui, de acordo com Domingos Fernandes, in texto de apoio – critérios de avaliação (2020), *uma opção pedagógica cujo propósito é melhorar as aprendizagens de todos os alunos, ou seja, contribuir para que todos os alunos possam aprender o que está previsto no currículo nacional*. Podemos dizer, assim, que a avaliação pedagógica, pressupõe uma mudança de paradigma baseado em novas perspetivas, como podemos observar no esquema que se segue.

Aprendizagens e sua construção

- *Perspetivas cognitivas e construtivistas*
- *Perspetivas socioculturais*
- *Perspetivas da atividade*

Avaliação

- *Perspetivas baseadas na avaliação formativa e na distribuição de feedback*
- *Perspetivas baseadas na integração do ensino, da avaliação e das aprendizagens*

Ensino

- *Perspetivas baseadas na resolução de problemas*
- *Perspetivas baseadas em projetos*

De acordo com estas perspetivas de avaliação estamos a referir-nos a uma Avaliação para as aprendizagens - avaliação formativa e Avaliação das Aprendizagens – avaliação sumativa.

A – AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM – AVALIAÇÃO FORMATIVA

No caso da Avaliação para as Aprendizagens, a mesma está intrinsecamente associada a tomadas de decisão pedagógicas e a formas de regulação e de autorregulação que influenciam, de forma imediata, os processos de ensino e de aprendizagem.

Pela sua natureza qualitativa, a avaliação formativa está fundada num sistema de avaliação criterial, centrada na progressão das aprendizagens do aluno, pelo que os critérios de avaliação devem ser definidos de forma clara e concisa a fim de serem compreendidos por todos os intervenientes. Neste sentido, a Avaliação para as Aprendizagens deverá criar condições, articuladas e consequentes, para

produzir juízos globalizantes sobre os percursos de aprendizagem que, posteriormente, se consubstanciam na avaliação sumativa, sem fins classificatórios.

Deste modo, a Avaliação Pedagógica constitui-se como parte integrante da prática pedagógica e da gestão do currículo, e assume um caráter contínuo e sistemático, de intervenção pedagógica, que permite orientar os percursos de aprendizagem dos alunos, de um modo diferenciado, e garantir que a apropriação de competências chave seja relevante, essencial e significativa.

Relativamente à importância de integrar a avaliação formativa no ensino e na aprendizagem, as práticas de feedback constituem-se como parte integrante da avaliação pedagógica que, invariavelmente, são postas em prática através de tarefas ou propostas de trabalho que permitem simultaneamente ensinar, aprender e avaliar.

O envolvimento dos alunos deve estar intrínseco desde o início de todo o processo, ou seja desde o momento inicial da planificação e das decisões do currículo, clarificando o que há para aprender (**feedup**) e como (**feedback**) num determinado período de tempo.

Daí a necessidade de se proceder a uma diversidade de processos de recolha de informação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer, assim como a dinâmicas de autoavaliação e coavaliação.

Dos resultados da análise da informação obtida, refletida, deverá resultar a tomada de decisões de planeamento ou reformulação de ações para o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem tendo em conta as especificidades dos alunos (**feedforward**).

O feedback é dado ao aluno a partir de critérios específicos e respetivos descritores de desempenho, orientados para as tarefas, os quais se articulam, naturalmente, com os critérios gerais de avaliação, facilitando a distribuição de informação útil e pertinente ao aluno que lhe permite desenvolver com sucesso as áreas de competências orientadas para

o desenvolvimento do processo cognitivo e metacognitivo, sem o qual o conhecimento não é apropriado.

A fim de proporcionar ambientes facilitadores de aprendizagens de sucesso que respeite os ritmos e as necessidades individuais de aprendizagem, as tarefas/atividades devem ser desafiantes, significativas e orientadas para contextos reais, que estimulem o desenvolvimento de capacidades cognitivas e metacognitivas, a aquisição do conhecimento, a comunicação e as atitudes face à aprendizagem, podendo ser apoiadas nas rubricas de avaliação.

Importa reforçar aqui as três componentes do feedback - feedup, feedback e feedforward:

- **feedup** - localiza o aluno “para onde vai”, clarifica os objetivos de aprendizagem e os critérios permitindo aos alunos e professores desenvolver processos de regulação e autorregulação eficazes e de carácter formativo.
- **feedback** - indica ao aluno “como é que vai”, avalia o progresso das aprendizagens e sugere ao aluno as ações que deve adotar para atingir os seus objetivos.
- **feedforward** - orienta aluno e professor “para onde é que vão a seguir”, aqui a informação recolhida é utilizada também para o professor reformular, preparar, planificar as futuras atividades de ensino aprendizagem.

B – AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM – AVALIAÇÃO SUMATIVA

A avaliação sumativa ocorre normalmente após os processos de ensino e aprendizagem e não durante esses processos, como acontece com a avaliação formativa. Isto significa que um dos propósitos da avaliação sumativa é recolher informação no sentido de formular um juízo acerca do que os alunos aprenderam, atribuindo-lhes, ou não, uma classificação. Dito de outra forma, a Avaliação das Aprendizagens permite recolher, de forma pensada e deliberada, informações consideradas indispensáveis para classificar os alunos, proporcionando a informação sintetizada que, em geral, se destina a formalizar/certificar e a tornar público o que se considera ter sido aprendido pelos alunos, no final de um determinado período temporal.

A avaliação sumativa formalizada na classificação, deve aludir às áreas a melhorar ou a consolidar e expressas, de acordo as portarias de avaliação em vigor, na necessidade de, no final de cada período letivo, informar alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens. Além disso, esta modalidade de avaliação traduz ainda a tomada de decisão sobre o percurso escolar do aluno.

C – AVALIAÇÃO CRITERIAL E AVALIAÇÃO NORMATIVA

Quando estamos perante uma avaliação para as aprendizagens (avaliação formativa com *feedback*) ou uma avaliação das aprendizagens (avaliação classificativa) estamos a referir-mo-nos, por inerência, a avaliações criteriosais ou avaliações normativas, respetivamente.

Para melhor percepção do citado descreve-se a síntese realizada por Ferraz *et al.* (1994), citada em Domingos Fernandes, in Texto de Apoio, Critérios de Avaliação (2020).

	Avaliação Criterial	Avaliação Normativa
Conceito	<i>São definidos critérios sobre o que avaliar e aprender. As aprendizagens (conhecimentos, capacidades e atitudes) e competências dos alunos são analisadas a partir dos critérios que, por sua vez, têm em conta os objectivos que se inferem do currículo (AE e PASEO). Trabalha-se para que os alunos se tornem conscientes do que é importante aprender, da situação em que se encontram em relação aos objectivos de aprendizagem e dos esforços que têm de fazer para os alcançar.</i>	<i>São definidas normas, em geral uma média, com as quais as aprendizagens e competências dos alunos são comparadas. Baseia-se na atribuição de classificações para comparar os alunos entre si. O trabalho é essencialmente orientado para a atribuição de classificações e para comparar as aprendizagens e competências de cada aluno com todos os outros.</i>
Propósito Principal	<i>Os critérios constituem uma fonte de informação relevante para orientar as aprendizagens e o ensino. O feedback, a auto-avaliação e a avaliação em geral utilizam-se para regular as aprendizagens e o ensino. A comparação das aprendizagens dos alunos com os critérios é um meio pedagógico para que todos possam aprender.</i>	<i>Selecionar os alunos através de classificações. Forte ênfase na perspectiva de que avaliar é medir para que se possa hierarquizar os alunos. Crê-se que a regulação das aprendizagens e do ensino faz-se através de instrumentos que medem objectiva e rigorosamente o que os alunos sabem e são capazes de fazer num dado momento.</i>
Utilização da Informação Avaliativa	<i>Essencialmente formativa tendo em vista o desenvolvimento das aprendizagens por parte de todos os alunos, utilizando uma diversidade de estratégias e meios pedagógicos de apoio.</i>	<i>Essencialmente classificativa, tendo em vista os alunos que precisam de apoio que, normalmente, constituem uma emulação do que usualmente se faz nas aulas.</i>
Implicações	<i>Todos os alunos melhoram significativamente as aprendizagens, em particular os que têm mais dificuldades.</i>	<i>Tendência para que se acentuem as diferenças entre as aprendizagens dos alunos e para se verificarem os fenómenos associados à competição.</i>

Em síntese podemos afirmar que:

Avaliação criterial
<ul style="list-style-type: none"> • Permite a melhoria do ensino e das aprendizagens; • Permite avaliar para que os alunos aprendam.
Avaliação Normativa
<ul style="list-style-type: none"> • Permite medir/ classificar; • Permite medir para selecionar

IV – CRITÉRIOS TRANSVERSAIS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação, que decorrem do PASEO e AE são definidos para todo o Agrupamento, tendo que ser transdisciplinares e independentes do ano, ciclo ou nível de ensino/ disciplina. São as rubricas que divergem e diferenciam as diferentes tarefas em cada contexto de aprendizagem. O que muda e deve ser adequado a cada tarefa de cada disciplina são os descritores.

Assim deveremos ter os mesmos critérios a aplicar do pré-escolar ao ensino secundário que sejam claros, transparentes e de fácil compreensão por todos os intervenientes (alunos, professores e encarregados de educação), pois é a partir dos critérios e das descrições dos níveis de desempenho que se podem oferecer feedback de grande qualidade.

De acordo com Domingos Fernandes, in # Folha Critérios de Avaliação (2020), para a definição dos critérios de avaliação e níveis de desempenho devemos seguir os seguintes procedimentos:

- a) *Analisar o que se espera que os alunos devem saber e ser capazes de fazer tendo por referência o currículo e todos os seus elementos ou componentes.*
- b) *Definir critérios (características fundamentais) a partir das aprendizagens a realizar. Deve ficar claro o que os alunos devem ser capazes de fazer nas propostas de trabalho, ou nas tarefas, que lhes são propostas. A definição dos critérios deve ser fruto de um trabalho colaborativo entre os docentes sendo certo que normalmente é um processo que exige um esforço de consensualização.*
- c) *Selecionar as tarefas ou propostas de trabalho e os procedimentos de recolha de informação que permitam avaliar tão rigorosamente quanto possível o que os alunos devem saber e ser capazes de fazer através dessas tarefas.*

- d) *Ter em conta níveis da qualidade do desempenho dos alunos (por exemplo, muito claro, claro, pouco claro, muito confuso; muito profundo, profundo, pouco profundo, sem qualquer profundidade). No fundo trata-se de definir a qualidade do que os alunos sabem e são capazes de fazer na tarefa que lhes é proposta.*
- e) *Encontrar formas de moderação entre os docentes de forma a ser claro para todos o significado de cada critério e dos respetivos níveis de desempenho. Desta forma contribui-se para melhorar a qualidade das avaliações internas e, conseqüentemente, a sua credibilidade.*
- f) *Informar os alunos de forma muito clara, através de exemplos, como são avaliados os seus desempenhos nas tarefas que lhes vão sendo propostas. A informação deverá ser fornecida antes de cada tarefa.*

Assim, de acordo com o mesmo autor as características fundamentais a considerar na elaboração de critérios (adaptados de Brookhart, 2013, p. 25) são os seguintes:

Caraterísticas	Descrição
Adequação	Cada critério representa um aspeto relevante do que se espera que os alunos aprendam em relação a um domínio ou a um tema de uma dada disciplina, tal como definido no currículo (e.g., objetivo, finalidade).
Clareza	Cada critério é passível de ser claramente compreendido por professores e alunos; o seu significado e os seus limites devem poder descrever-se e explicar-se sem dificuldades.
Observável	Cada critério deve permitir descrever um nível (uma qualidade) de desempenho do aluno que possa ser identificável por qualquer pessoa para além do próprio aluno.
Independência	Cada critério identifica um e um só aspeto da aprendizagem evidenciado pelo desempenho que se pretende avaliar.
Completude	Os critérios, no seu conjunto, descrevem todas as aprendizagens relevantes que o desempenho dos alunos deve permitir avaliar.
Devem permitir descrever níveis de desempenho	Para cada critério é possível considerar-se um dado número de níveis de desempenho que representa um continuum de qualidade.

Assim, foram aprovados em Conselho Pedagógico os Critérios de Avaliação do Agrupamento:
Conhecimento, Comunicação e Desenvolvimento Pessoal e Social.

Critérios	Ponderação
Conhecimento	{ 40% a 70% }
Comunicação	{ 10% a 30% }
Desenvolvimento Pessoal e Social	{ 20% a 30% }

Critério: Conhecimento				
Standards				
Nível 5	4	Nível 3	2	Nível 1
Adquire e compreende com muita facilidade os conhecimentos específicos (científicos, técnicos e tecnológicos).	Nível Intermediário	Adquire e compreende com alguma facilidade como muita facilidade os conhecimentos específicos (científicos, técnicos e tecnológicos).	Nível Intermediário	Não adquire nem compreende os conhecimentos específicos (científicos, técnicos e tecnológicos).
Aplica o conhecimento com rigor , em contextos específicos e áreas de aprendizagem diversificadas.	Nível Intermediário	Aplica, razoavelmente , o conhecimento, em contextos específicos e áreas de aprendizagem diversificadas.	Nível Intermediário	Não aplica o conhecimento, em contextos específicos e áreas de aprendizagem diversificadas.
Interpreta e analisa correctamente a informação, organizando e seleccionando a mais pertinente e adequada.	Nível Intermediário	Analisa e interpreta com alguma dificuldade a informação, nem sempre organizando e seleccionando a mais pertinente e adequada.	Nível Intermediário	Não analisa nem interpreta correctamente a informação.
Adota, com muita facilidade , as estratégias adequadas à resolução de problemas, mobilizando conhecimentos.	Nível Intermediário	Adota, com alguma facilidade , as estratégias adequadas à resolução de problemas, mobilizando conhecimentos.	Nível Intermediário	Não adota as estratégias adequadas à resolução de problemas.
Analisa criticamente os resultados obtidos.	Nível Intermediário	Analisa criticamente alguns dos resultados obtidos.	Nível Intermediário	Não analisa os resultados.

Critério: Comunicação				
Standards				
Nível 5	4	Nível 3	2	Nível 1
Utiliza com correção as diferentes linguagens (línguas [língua materna e línguas estrangeiras], literatura, música, artes, tecnologias, matemática e ciência).	Nível Intermédio	Utiliza, com algumas incorreções que não prejudicam a comunicação , as diferentes linguagens.	Nível Intermédio	Utiliza sem qualquer correção as diferentes linguagens.
Aplica sempre as diferentes linguagens a contextos de comunicação, em ambientes analógico e digital.	Nível Intermédio	Aplica por vezes as diferentes linguagens a contextos de comunicação, em ambientes analógico e digital.	Nível Intermédio	Nunca aplica as diferentes linguagens a contextos de comunicação, em ambientes analógico e digital.
Domina plenamente capacidades de compreensão (oral, escrita, visual e multimodal).	Nível Intermédio	Domina parcialmente capacidades de compreensão (oral, escrita, visual e multimodal).	Nível Intermédio	Não domina capacidades de compreensão (oral, escrita, visual e multimodal).
Domina plenamente capacidades de expressão (oral, escrita, visual e multimodal).	Nível Intermédio	Domina parcialmente capacidades de expressão (oral, escrita, visual e multimodal).	Nível Intermédio	Não domina capacidades de expressão (oral, escrita, visual e multimodal).
Utiliza com pleno domínio instrumentos diversificados para pesquisar, descrever, avaliar, validar e mobilizar informação, de forma crítica e autónoma, verificando diferentes fontes documentais e a sua credibilidade.	Nível Intermédio	Utiliza alguns instrumentos para pesquisar, descrever, avaliar, validar e mobilizar informação, verificando por vezes a credibilidade de fontes documentais.	Nível Intermédio	Não utiliza quaisquer instrumentos para pesquisar, descrever, avaliar, validar e mobilizar informação e/ou não verifica a credibilidade de quaisquer fontes documentais.
Transforma sempre em conhecimento a informação mobilizada.	Nível Intermédio	Transforma em conhecimento a informação mobilizada, com algumas dificuldades .	Nível Intermédio	Não transforma em conhecimento qualquer informação mobilizada.

Colabora sempre em diferentes contextos comunicativos, de forma adequada e segura .	Nível Intermediário	Colabora por vezes em diferentes contextos comunicativos e/ou com alguma adequação.	Nível Intermediário	Não colabora em diferentes contextos comunicativos.
---	---------------------	---	---------------------	--

Critério: Desenvolvimento Pessoal e Social				
Standards				
Nível 5	4	Nível 3	2	Nível 1
Utiliza sempre processos lógicos para aceder a informação, para interpretar experiências e produzir conhecimento.	Nível Intermediário	Utiliza por vezes processos lógicos para aceder a informação, para interpretar experiências e produzir conhecimento.	Nível Intermediário	Não utiliza quaisquer processos lógicos para aceder a informação ou para interpretar experiências ou produzir conhecimento.
Recorre sempre a processos que permitem encontrar respostas para uma nova situação, mobilizando o raciocínio com vista à tomada de decisões, à construção e uso de estratégias e à eventual formulação de novas questões.	Nível Intermediário	Recorre, por vezes , a processos que permitem encontrar respostas para uma nova situação, mobilizando o raciocínio com vista à tomada de decisões, à construção e uso de estratégias e à eventual formulação de novas questões.	Nível Intermediário	Não recorre a quaisquer processos que permitam encontrar respostas para uma nova situação, não mobilizando o raciocínio com vista à tomada de decisões, à construção nem usa estratégias para eventual formulação de novas questões.
Realiza atividades de aprendizagem diversas em que apresenta sempre capacidade de pensamento crítico e criativo.	Nível Intermediário	Realiza atividades de aprendizagem em que apresenta por vezes capacidade de pensamento crítico e criativo.	Nível Intermediário	Não realiza atividades de aprendizagem em que demonstre capacidade de pensamento crítico e criativo.
Usa sempre diferentes meios e atitudes ⁽¹⁾ para comunicar presencialmente e em rede no decurso do trabalho em equipa.	Nível Intermediário	Usa alguns meios e atitudes ⁽¹⁾ para comunicar presencialmente e em rede no decurso do trabalho em equipa.	Nível Intermediário	Nunca usa quaisquer meios e atitudes ⁽¹⁾ para comunicar presencialmente nem em rede no decurso do trabalho em equipa.
Colabora sempre e adequadamente ⁽²⁾ nas atividades de aprendizagem, estabelecendo objetivos, traçando planos e concretizando projetos.	Nível Intermediário	Colabora por vezes e adequadamente ⁽²⁾ nas atividades de aprendizagem, estabelecendo objetivos, traçando planos e concretizando projetos.	Nível Intermediário	Não colabora nas atividades de aprendizagem.
Empenha-se sempre na participação em projetos/atividades ⁽³⁾ de cidadania ativa.	Nível Intermediário	Empenha-se por vezes na participação de projetos/atividades ⁽³⁾ de cidadania ativa.	Nível Intermediário	Não se empenha na participação de projetos/atividades ⁽³⁾ de cidadania ativa.

Expressa sempre sentido estético, reconhecendo a multiplicidade de formas e contextos de expressão artística e do património material e imaterial na vida e na cultura das comunidades.	Nível Intermediário	Expressa por vezes sentido estético, reconhecendo a multiplicidade de formas e contextos de expressão artística e do património material e imaterial na vida e na cultura das comunidades.	Nível Intermediário	Não expressa sentido estético, nem reconhece a multiplicidade de formas e contextos de expressão artística e do património material e imaterial na vida e na cultura das comunidades.
Realiza atividades de aprendizagem aplicando adequadamente o método do trabalho científico e tecnológico.	Nível Intermediário	Realiza algumas atividades de aprendizagem aplicando o método do trabalho científico e tecnológico.	Nível Intermediário	Não realiza atividades de aprendizagem aplicando o método do trabalho científico e tecnológico.
Participa sempre e adequadamente em atividades não-locomotoras (posturais), locomotoras (transporte do corpo) e manipulativas (controlo e transporte de objetos), independentemente do seu nível de habilidade.	Nível Intermediário	Participa por vezes e adequadamente em atividades não-locomotoras (posturais), locomotoras (transporte do corpo) e manipulativas (controlo e transporte de objetos), independentemente do seu nível de habilidade.	Nível Intermediário	Não participa em atividades não-locomotoras (posturais), locomotoras (transporte do corpo) e manipulativas (controlo e transporte de objetos), independentemente do seu nível de habilidade.

(1) *Cooperação, partilha, colaboração e competição; interação com tolerância, empatia e responsabilidade e argumentação, negociação e aceitação de diferentes pontos de vista, desenvolvendo novas formas de estar, olhar e participar na sociedade; com empatia e com sentido crítico.*

(2) *Adequação dos comportamentos aos contextos de cooperação, partilha, colaboração e competição desenvolvidos em sala de aula, em contexto de planificação, desenvolvimento e avaliação (auto, hetero e coavaliação) das aprendizagens; Interagindo com os pares, evidenciando tolerância, empatia e responsabilidade, confiança, resiliência e persistência.*

Apesar de existirem critérios transversais por ano/ciclo de ensino/disciplina, os grupos de recrutamento, em metodologia de trabalho colaborativo, definiram os níveis de desempenho específicos para cada unidade/ tema/ módulo curricular, do critério **Conhecimentos**, com as respectivas ponderações, seguindo o seguinte esquema:

REFERENCIAL COMUM DE AVALIAÇÃO - CRITÉRIO CONHECIMENTO

Ano(s) de escolaridade

Disciplina(s):

Domínios das Aprendizagens Essenciais ⁽¹⁾	Domínios de Avaliação ⁽²⁾	Ponderação ⁽³⁾	Processos de recolha diversificados ⁽⁴⁾

Notas:

- (1) Selecionar uma opção de acordo com a organização da disciplina nas aprendizagens essenciais.
- (2) “Identificar, para cada disciplina, curso ou módulo de formação, os diferentes domínios de avaliação que orientam e integram as aprendizagens. Um domínio é um campo que abrange um conjunto de relações entre temas e áreas, organizados em conhecimentos e/ou capacidades, subordinados a uma mesma racionalidade.” *in Avaliação da Aprendizagens - Propostas e Estratégias de Ação*, Ariana Cosme e outros.
- (3) “Cada grupo disciplinar deve refletir e discutir a ponderação a atribuir a cada domínio, de acordo com o que considerar fundamental e estruturante para a sua disciplina e ano/ciclos.” *in Avaliação da Aprendizagens - Propostas e Estratégias de Ação*, Ariana Cosme e outros.
- (4) Indicar quais os processos de recolha que vão ser utilizados para efeitos de classificação (pelo menos 3 por período, no ensino regular e nos cursos profissionais atender às especificidades dos módulos).

Perfil de aprendizagens específicas de _____

Domínios das Aprendizagens Essenciais	Domínios de Avaliação (2)	Ponderação	Descritores de desempenho				
			Standards				
			17,5 a 20 5	13,5 a 17,4 4	9,5 a 13,4 3	4,5 a 9,4 2	1 a 4,4 1
			Adquirido		Em aquisição	Não adquirido	
				Nível Intermediário		Nível Intermediário	

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO DE ALUNOS COM MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

Ano Letivo 2022/2023

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa que deve ser reajustada, sempre que necessário, nomeadamente quanto à seleção das metodologias e recursos em função das necessidades educacionais dos alunos.

Intervêm na avaliação dos alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, nos termos da lei, todos os elementos com competência no processo, designadamente professores, formadores, tutores e membros de júris, assumindo particular responsabilidade o professor titular de turma, no 1º ciclo, e os professores que integram o conselho de turma, nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário.

I – Alunos que usufruem de medidas universais e/ou seletivas:

As escolas do Agrupamento de Escola Manuel Teixeira Gomes (AEMTG) devem assegurar a todos os alunos o direito à participação no processo de avaliação. Para que seja exercido esse direito, pode tornar-se necessário proceder a adaptações na avaliação.

1. Serão abrangidos pelos critérios gerais de avaliação do agrupamento, definidos para o seu nível de educação ou ensino, pré-escolar, primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico e ensino secundário, com as devidas adaptações ao processo de avaliação, previstas no seu Relatório Técnico-Pedagógico (RTP).
2. A avaliação dos alunos a usufruir de adaptações curriculares não significativas (no âmbito das medidas seletivas) é da responsabilidade do professor titular da disciplina, de acordo com os critérios estabelecidos no grupo disciplinar e as adaptações estabelecidas no respetivo RTP e, sempre que necessário, em parceria com o docente de educação especial, enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e de avaliação.
3. Estes alunos realizam as provas de aferição, as provas finais de ciclo e as provas de equivalência à frequência, podendo usufruir de condições especiais de realização de provas, ao abrigo da legislação em vigor e conforme consta no seu RTP.

4. A progressão dos alunos abrangidos por medidas universais e seletivas de suporte à aprendizagem e à inclusão realiza-se nos termos definidos na lei e preconizados no referencial de avaliação do AEMTG.

II - Alunos que usufruem de Medidas Adicionais, nomeadamente Adaptações Curriculares

Significativas:

1. A progressão dos alunos abrangidos por medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão realiza-se nos termos definidos no RTP e no Programa Educativo Individual (PEI).
2. Estão dispensados da realização de provas de aferição, de provas finais de ciclo os alunos com Medidas Adicionais, nomeadamente Adaptações Curriculares Significativas.
3. No ensino pré-escolar, a avaliação é um processo interpretativo que privilegia em primeiro lugar os progressos/evoluções e só depois os resultados. A avaliação é contínua e concretiza-se através da observação direta e respetivo registo, não sendo aplicáveis quaisquer coeficientes de ponderação. A avaliação das crianças abrangidos por medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão realiza-se nos termos definidos no RTP e/ou no PEI.
4. A informação resultante da avaliação sumativa materializa-se:
 - a) No 1º ciclo do ensino básico, na atribuição de uma menção qualitativa, acompanhada de uma apreciação descritiva nas componentes do seu currículo de acordo com o estabelecido nos respetivos RTP, PEI ou Plano Individual de Transição (PIT);
 - b) Nos 2º e 3º ciclos, numa escala numérica de 1 a 5 em cada disciplina/componente da sua matriz curricular, acompanhada de uma apreciação descritiva nas componentes do seu currículo de acordo com o estabelecido nos respetivos RTP, PEI ou PIT;
 - c) No ensino secundário, numa escala numérica de 0 a 20 valores nas disciplinas/componentes/módulos ou unidades de formação de curta duração (UFCDs), acompanhada de uma apreciação descritiva nas componentes do seu currículo de acordo com o estabelecido nos respetivos RTP, PEI ou PIT;
 - d) No final do seu percurso escolar, todos os alunos têm direito à emissão de certificado e diploma de conclusão da escolaridade obrigatória e sempre que aplicável com a identificação do nível de qualificação de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações e do nível que lhe corresponde no

Quadro Europeu de Qualificações. No caso dos alunos que seguirem o percurso escolar com adaptações curriculares significativas, do certificado deve constar o ciclo ou nível de ensino concluído e a informação curricular relevante do programa educativo individual, bem como as áreas e as experiências desenvolvidas ao longo da implementação do PIT.

5. O PIT é elaborado três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória, para alunos com PEI, devendo ser elaborado pelo conselho de turma, em colaboração com os pais/encarregados de educação e os representantes da organização da comunidade que estarão implicados na vida e no percurso do aluno. É destinado a promover a transição para a vida pós-escolar. Nesta área, ouvidos todos intervenientes pelo docente de educação especial, será realizada uma síntese descritiva sobre o desempenho do aluno, assim como preenchida a grelha de competências, inicialmente elaborada para as funções a desempenhar.

III – Operacionalização da avaliação dos alunos com Medidas Adicionais, nomeadamente Adaptações Curriculares Significativas

1. Dada a especificidade de cada aluno com Medidas Adicionais, o mesmo será validado de acordo com as competências delineadas no PEI, tendo por base os Critérios Gerais do Agrupamento.
2. Estas incidirão sobre as áreas de competência, de acordo com o previsto no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e no Perfil Profissional das Ofertas de Dupla Certificação do Catálogo Nacional de Qualificações.
3. A avaliação pedagógica é orientada para as aprendizagens dos alunos. É essencialmente contínua, formativa, transparente, sustentável e participada, permitindo sempre uma reformulação e regulação dos processos/objetivos de trabalho.
4. Esta deve ter em conta o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória de forma a promover uma efetiva ação humana em contextos diversificados, tendo como objetivo o desenvolvimento global do aluno.
5. Serão utilizados vários instrumentos de avaliação, adequados à diversidade e natureza das aprendizagens, bem como ao percurso e evolução de cada aluno.

6. Para todos os níveis de educação e ensino a avaliação das áreas de intervenção específicas, desde que consubstanciadas no PEI do aluno, serão avaliadas através de um relatório descritivo de apreciação a elaborar nos momentos de avaliação sumativa interna do Agrupamento.

7. A avaliação dos alunos a usufruir de adaptações curriculares significativas (no âmbito das Medidas Adicionais), é da responsabilidade:

a) do professor da respetiva disciplina, sempre que esta seja desenvolvida em contexto de turma ou em modo misto (dentro e fora da turma). Deve existir partilha de informação entre os docentes que intervêm no desenvolvimento das aprendizagens;

b) do professor da respetiva disciplina/aprendizagens substitutivas, sempre que esta seja desenvolvida exclusivamente por si, no âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem;

c) do professor da respetiva disciplina/aprendizagens substitutivas, sempre que esta seja desenvolvida em conjunto com os professores de Educação Especial, em contexto do Centro de Apoio à Aprendizagem. Deve existir partilha de informação entre os docentes que intervêm no desenvolvimento das aprendizagens;

d) do professor de Educação Especial, responsável pela dinamização de aprendizagens substitutivas frequentadas pelo aluno, no âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem.

8. Sempre que se verificar que o aluno não alcança as competências delineadas no seu PEI, o professor titular de turma /conselho de turma/ professor de educação especial, devem de imediato adequar o mesmo, tendo como objetivo o seu sucesso educativo.

9. Em caso de omissões ou dúvidas remete-se para os normativos legais em vigor.

V – RUBRICAS

A Rubrica, instrumento de avaliação formativa de carácter autorregulador, permite a avaliação processual, a autoavaliação, a avaliação individual e a avaliação em grupo. Deve ser criada uma para cada tarefa de ensino e aprendizagem, permitindo ao professor dar um feedback mais ajustado às necessidades dos alunos e reformular a sua planificação.

Consiste numa escala descritiva, que define diferentes níveis de desempenho quantitativo e/ou qualitativo, que se podem observar na avaliação de uma dada tarefa, num processo de construção negociado entre o professor e os alunos.

Está diretamente relacionada com a avaliação criterial: ao serem definidos critérios de avaliação (e não de classificação), os alunos conseguem situar-se, ao longo do tempo, nas suas aprendizagens, isto é, sabem que caminho já percorreram e/ou que caminho ainda lhes falta; a rubrica ajuda a efetivar este processo, e, associada ao feedback pedagógico, permite desenvolver práticas de avaliação formativa, ou seja, avaliação para as aprendizagens.

Assim, a utilização de rubricas de avaliação em contextos educacionais permitem obter informação de qualidade acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer, melhorando os seus processos de autorregulação e dos seus desempenhos escolares.

Entre outros tipos de rubricas, as mais usadas sobretudo nos países anglo-saxónicos são as analíticas e as holísticas.

As rubricas holísticas são particularmente adequadas na avaliação e na classificação de processos mais complexos de pensamento.

As rubricas analíticas são de natureza mais linear e dependentes de uma maior especialização e compreensão do significado de cada critério e dos respetivos indicadores.

As rubricas holísticas são normalmente consideradas mais eficazes no contexto das avaliações sumativas, assegurando bons níveis de fiabilidade (consistência) entre avaliadores e também entre as classificações atribuídas pelo mesmo avaliador. Evidentemente que a sua maior desvantagem reside no facto de não nos proporcionar detalhes das aprendizagens dos alunos relativos a cada um dos critérios, dificultando a distribuição de feedback específico para orientar os alunos na superação de eventuais dificuldades.

As classificações holísticas têm em conta os critérios como um todo para produzir apreciações ou juízos globais ou gerais acerca do trabalho dos alunos. As relações com o que é preciso aprender são estabelecidas através das descrições constantes nas rubricas ou através de exemplos.

As classificações analíticas têm em conta cada um dos critérios individualmente e são produzidas através de regras que se explicitam previamente (e.g., ponderações). As rubricas analíticas apresentam um conjunto de critérios e, para cada um, os respetivos descritores ou indicadores de desempenho.

Ambas as rubricas, com as suas vantagens e desvantagens, permitem produzir avaliações baseadas em procedimentos transparentes, decorrentes de uma definição prévia e desejavelmente cuidada de critérios de avaliação e, desse modo, ambas permitem avaliar e classificar melhor, com mais justiça e equidade.

De acordo com a Dr.^a Sandra Cardoso (formadora no âmbito do projeto Maia) apresenta-se a Rúbrica para construção de Rúbricas, que passamos a descrever, de forma a facilitar e ajudar na construção das mesmas.

RUBRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE RUBRICAS DE AVALIAÇÃO

RUBRICAS DE AVALIAÇÃO					
CRITÉRIOS	Standards				
	Muito Bom	Bom	Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente
Clareza	Clarifica <u>muito bem</u> o que os alunos precisam de saber e de saber fazer; são perceptíveis para pais, professores e alunos.	Nível intermédio	Clarifica o que os alunos precisam de saber e de saber fazer; são perceptíveis para professores e alunos.	Nível intermédio	<u>Não</u> clarifica o que os alunos precisam de saber e de saber fazer; <u>nem</u> são perceptíveis para pais, professores e alunos.
Relevância	Contribui para que os alunos centrem os seus esforços nas aprendizagens consideradas mais relevantes, revelando <u>claramente</u> a qualidade pretendida no desempenho da tarefa.		Contribui para que os alunos centrem os seus esforços nas aprendizagens consideradas mais relevantes, revelando a qualidade pretendida no desempenho da tarefa.		<u>Não</u> contribui para que os alunos centrem os seus esforços nas aprendizagens consideradas mais relevantes, <u>nem</u> revelam a qualidade pretendida no desempenho da tarefa.
Utilidade	Contribui para que os alunos compreendam <u>facilmente</u> o que têm que fazer para alcançar diferentes níveis de desempenho.		Contribui para que os alunos compreendam o que têm que fazer para alcançar diferentes níveis de desempenho.		<u>Não</u> contribui para que os alunos compreendam o que têm que fazer para alcançar diferentes níveis de desempenho.
Complementaridade	Contribui <u>muito</u> para fortalecer a relação entre as aprendizagens, o ensino e a avaliação.		Contribui para fortalecer a relação entre as aprendizagens, o ensino e a avaliação.		<u>Não</u> contribui para fortalecer a relação entre as aprendizagens, o ensino e a avaliação.
Usabilidade	Tem um número exequível de critérios e <u>todos</u> eles são simples, úteis, breves e de fácil compreensão para alunos, professores e pais.		Tem um número exequível de critérios, embora <u>nem</u> todos sejam simples, úteis, breves e de fácil compreensão para alunos, professores e pais.		Tem um número exagerado de critérios, e estes não são simples, nem úteis, nem breves, nem de fácil compreensão para alunos, professores e pais.

VI – POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

De forma a aplicar tudo o que descrevemos neste referencial há a especificar a política de avaliação e classificação a seguir por todos os elementos deste Agrupamento de Escolas.

POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO	
POLÍTICA DE AVALIAÇÃO	<p>Todo o processo de avaliação deve ter em atenção os seus princípios (transparência; melhoria das aprendizagens, integração curricular; positividade e diversificação).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento ativo do professor e do aluno, assente num feedback contínuo que permite ao aluno compreender a sua evolução/progresso e as suas necessidades no domínio da aprendizagem; • Obrigatoriedade da informação/esclarecimento aos alunos sobre os critérios de avaliação de cada tarefa a realizar (feedup) e, sempre que possível, envolver os alunos na definição de critérios das tarefas; • Reflexão conjunta de alunos e professores, para a definição dos objetivos da aprendizagem inerentes à tarefa, salvaguardando as devidas adequações ao perfil de cada aluno; • Recurso a rubricas de avaliação, permitindo o feedup, feedback e feedforward aos alunos (antes, durante e depois) durante a tarefa; • Fornecimento de feedback de qualidade aos alunos, de forma a permitir a melhoria das suas aprendizagens durante a realização da tarefa; • Utilização da auto e heteroavaliação, que concorrem para o rigor e fiabilidade da avaliação; • Recurso à autoavaliação após a realização de cada tarefa e não apenas no final do período, permitindo o feedback atempado e eventual reformulação por parte dos alunos.
POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Os critérios de avaliação são definidos pelo conselho pedagógico, iguais para todos os anos, ciclos e níveis; • Cada grupo disciplinar define os níveis de desempenho para cada domínio de avaliação, do critério conhecimentos, assim como a respetiva ponderação; • As ponderações a atribuir incidem nos domínios/temas/áreas de cada disciplina definidos pelos respetivos grupos disciplinares e não nos instrumentos de recolha de dados ou outros; • Os momentos de recolha de dados para avaliação sumativa com propósito de classificar são, obrigatoriamente o mais diversificados possível e, de forma a preparar os alunos para as provas/exames em formato digital, deverá existir pelo menos um momento de avaliação classificativa em suporte digital, por período letivo e por disciplina; • Antes do momento de avaliação sumativa para classificação, concretizam-se momentos de avaliação sumativa com propósito formativo para dar feedback de qualidade aos alunos e novas oportunidades de aprendizagem; • A avaliação deve incidir sobre processos de3 recolha diversificados (listas de verificação, grelhas de observação, escalas de classificação, rubricas, portefólio, inquérito, relatórios, observação, entrevistas orais, testes ...); • Os processos de recolha utilizados para efeito de classificação devem ser pelo menos 3 por período, no ensino regular, e nos cursos profissionais devem atender às especificidades dos módulos; • A progressão/evolução dos alunos deve ser considerada no processo de avaliação final (período/ano) dos alunos;

- A avaliação é criterial - centrada nos critérios estabelecidos e considerando o aluno enquanto indivíduo único, eliminando a avaliação normativa - por comparação à norma e/ por média aritmética;
- Implementação de uma grelha de avaliação comum e transversal ao AEMTG, com ponderação nos domínios/temas, abrangendo diferentes técnicas de recolha de dados, favorecendo uma avaliação criterial e valorizando a evolução/progresso dos alunos.

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monitorização do referencial ficará a cargo da Equipa da Avaliação Interna do AEMTG, que será responsável pela partilha dos dados obtidos com o CP que assumirá as reformulações necessárias para otimizar as boas práticas no âmbito da Avaliação Pedagógica.

VIII – BIBLIOGRAFIA/WEBGRAFIA

Para uma Fundamentação e Melhoria das Práticas de Avaliação Pedagógica; Prof. Domingos Fernandes;

FOLHA # Avaliação Sumativa; Prof. Domingos Fernandes

FOLHA # Diversificação dos Processos de Recolha de Informação (Fundamentos); Prof. Domingos Fernandes

FOLHA # Participação dos Alunos nos Processos de Avaliação; Prof. Eusébio André Machado

FOLHA # Avaliação Formativa Digital; Profs. Hélder Pais e Fernanda Candeias

FOLHA # Critérios de Avaliação; Prof. Domingos Fernandes

FOLHA # Rubricas de Avaliação; Prof. Domingos Fernandes

FOLHA # Para a Conceção e Elaboração do Projeto de Intervenção no Âmbito do Projeto MAIA; Prof. Domingos Fernandes

FOLHA # Aprender Melhor com Políticas de Classificação Mais Transparentes e Consistentes; Prof. Domingos Fernandes

FOLHA # Avaliação Formativa; Prof. Domingos Fernandes

FOLHA # Feedback; Prof. Eusébio André Machado

FOLHA # Diversificação dos Processos de Recolha de Informação; Prof. Domingos Fernandes

FOLHA # Texto de Apoio Práticas de avaliação formativa em contextos de aprendizagem e ensino a distância; Prof. Eusébio André Machado

FOLHA # Avaliação Pedagógica, Classificação e Notas: Perspetivas Contemporâneas; Prof. Domingos Fernandes

FOLHA # Critérios de Avaliação; Prof. Domingos Fernandes

FOLHA # Para uma Iniciação às Práticas de Classificação Através de Rubricas; Prof. Domingos Fernandes

FOLHA # Para uma abordagem pedagógica dos testes; Prof. Eusébio André Machado